

O ajuste fiscal e a pergunta que o Brasil precisa fazer



» GIOVANNI BEVILAQUA
Doutor em economia

Toda vez que o tema volta à mesa, a receita já vem pronta. Desindexar o salário mínimo do crescimento do PIB. Afrouxar os pisos constitucionais de saúde e educação. A justificativa é sempre a mesma: não há alternativa, o país precisa escolher entre o ajuste e o abismo. Há, de fato, um problema real. As despesas obrigatórias crescem mais rápido que a receita, e a trajetória da dívida pública preocupa quem acompanha o tema com seriedade.

O que incomoda não é o diagnóstico. É a certeza com que se encerra o debate antes mesmo de ele começar, como se existisse apenas um caminho possível e ele passasse, inevitavelmente, pelo bolso de quem tem menos margem para reclamar. Setenta por cento dos benefícios do INSS seguem o salário mínimo. O SUS depende de seu piso constitucional para manter o atendimento onde ele é mais necessário. Quando a sustentabilidade fiscal escolhe justamente esses dois alvos como prioridade, cabe perguntar: por que o ajuste começa sempre por quem mais depende do Estado? E, afinal, quem deve pagar essa conta?

Porque existe outra estrutura no orçamento brasileiro e ela raramente é submetida ao mesmo rigor crítico. Em 2026, o Congresso reservou R\$ 61 bilhões para emendas parlamentares, a maior parte de execução obrigatória. É mais do que o país investe no PAC. As renúncias fiscais concedidas a empresas e setores ultrapassam a meio

trilhão de reais por ano, mais de um quinto da arrecadação federal, crescendo continuamente há duas décadas e concentradas, em sua maior parte, nas regiões mais ricas. O próprio ministro da Fazenda classificou esse conjunto como uma caixa-preta do orçamento.

A economia política chama esse fenômeno de institucionalismo discursivo: certas ideias se tornam dominantes não necessariamente porque venceram o debate, mas porque seus defensores ocupam espaços privilegiados de influência. Não se trata de questionar a boa-fé de ninguém. Trata-se de reconhecer que muitos dos economistas mais influentes trabalham em bancos e gestoras de patrimônio, setores diretamente afetados pela remuneração da dívida pública. Isso não invalida seus diagnósticos, mas ajuda a entender por que, entre várias soluções possíveis, sempre a mesma chega primeiro às manchetes.

Wolfgang Streeck descreveu esse deslocamento ao distinguir o povo que vota do povo que financia o Estado. Quando as decisões sobre as prioridades do orçamento passam a dar mais peso às expectativas de quem empresta dinheiro ao governo do que as necessidades de quem depende da aposentadoria, da saúde e dos outros serviços públicos, a democracia perde seu equilíbrio. O interesse financeiro passa a influenciar mais do que o interesse da maioria da população, dos que mais precisam do Estado. No Brasil, Leda Paulani já alertava, há quase duas décadas, que a política econômica frequentemente prioriza manter a confiança de quem financia a dívida pública, mesmo quando isso limita o crescimento da economia e o bem-estar da população.

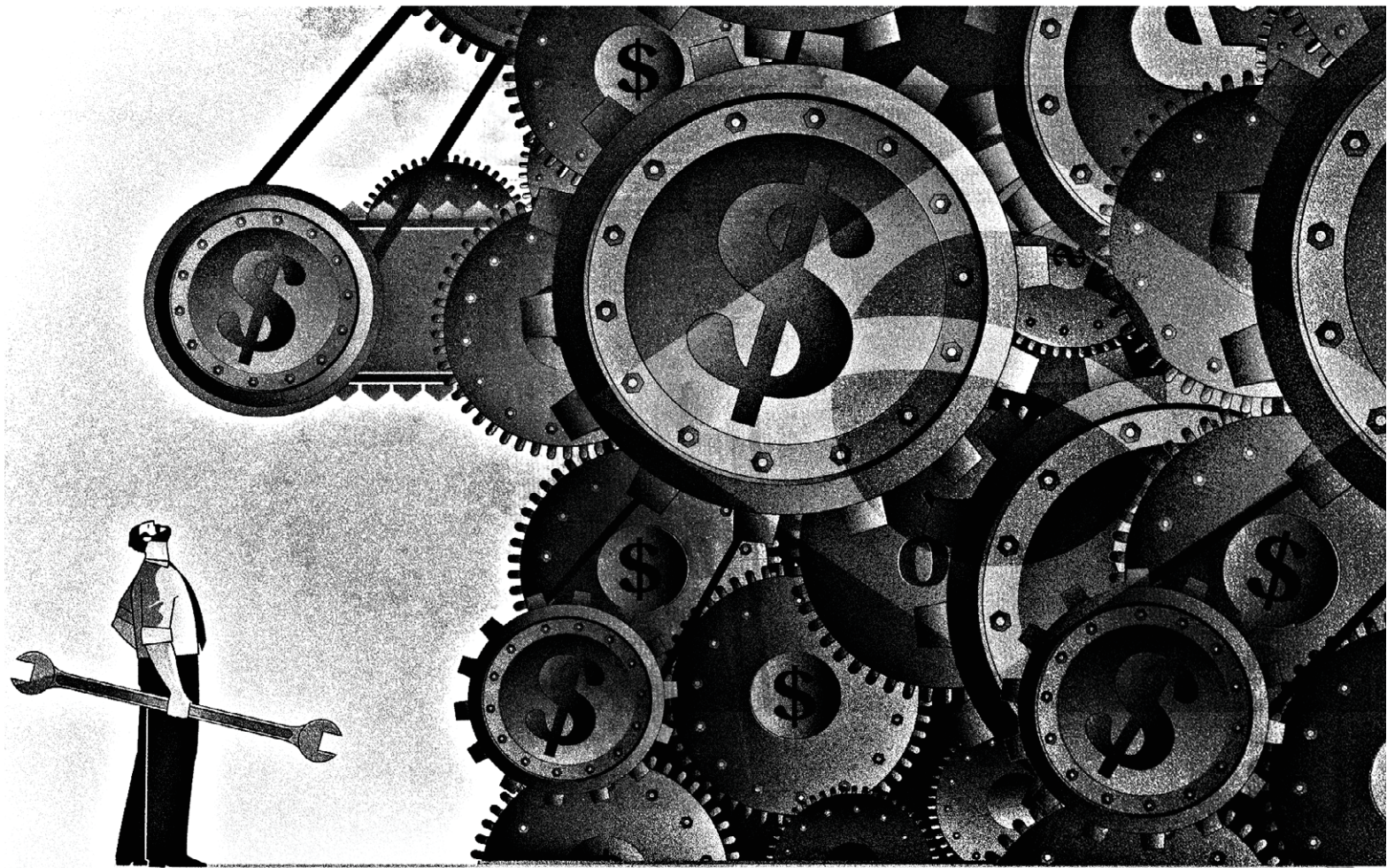
Reconhecer esse quadro não significa negar a necessidade de ajuste. Significa que ele deve ser feito sem impor o maior sacrifício justamente a quem depende do Estado para viver com

dignidade. Não se trata de privilégio, mas de justiça social. Existem alternativas que raramente recebem igual atenção: revisar benefícios tributários com prazo efetivo de validade; tributar dividendos, hoje isentos; reformar o sistema de emendas parlamentares impositivas; e, caso a desindexação avance, fazê-la de forma gradual, distinguindo benefícios previdenciários das políticas assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Há ainda um efeito pouco lembrado. Desde 2006, a valorização do salário mínimo tornou-se um dos principais motores do consumo das famílias de menor renda, sobretudo nas pequenas e médias cidades. Esse dinheiro movimenta o comércio local, sustenta prestadores de serviço e alimenta a economia de milhares de pequenos empreendedores. Reduzir esse mecanismo em troca de um benefício futuro e incerto significa impor uma perda imediata justamente a quem dispõe de menos proteção. É também retirar recursos da economia real. A renda das famílias mais pobres retorna rapidamente ao consumo, movimentando o comércio, os serviços e os pequenos negócios das comunidades. Já a renda dos mais ricos tende, em maior proporção, a permanecer aplicada no sistema financeiro.

O Brasil não carece de conhecimento técnico para enfrentar seu desafio fiscal. O que falta é abrir espaço para que diferentes caminhos sejam discutidos com o mesmo respeito concedido à solução de sempre. A pergunta central já não é se o ajuste é necessário. É como ele será feito e sobre quem recairá seu custo. Enquanto essa discussão permanecer restrita a um único roteiro, o ajuste continuará recaindo sobre quem sempre paga a conta e poupando quem quase nunca participa dela. Afinal, a pergunta que o Brasil ainda não fez é a mais importante de todas: quem deve pagar a conta do ajuste?

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



O desafio da conclusão do ensino médio no Brasil



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto

Os motivos pelos quais um estudante deixa de concluir a última etapa da educação básica no Brasil são relativamente bem conhecidos — entre eles, a necessidade de trabalhar. E por essa razão o governo federal lançou, em 2024, o programa Pé-de-Meia, como um mecanismo de levar renda a esse estudante de ensino médio e evitar que ele deixe os bancos escolares. Já há indícios de que o programa tem impacto na redução da evasão escolar. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a taxa de abandono escolar no ensino médio caiu de 3,8% em 2023 para 2,2% em 2025 — ou seja, cerca de 42% em dois anos.

Para contribuir com esse debate, o Todos Pela Educação lançou um estudo tomando como referência os recentes dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizando, em termos quantitativos, os motivos pelos quais os estudantes não concluem o ensino médio no Brasil até os 19 anos.

A primeira boa notícia desse estudo é que a taxa de conclusão vem aumentando gradualmente de 2016 a 2025. De 57,5% em 2016, essa taxa passou para 74,3% em 2025 — portanto, estamos falando de um crescimento de 16,8 pontos percentuais. E, como disse, esse crescimento foi

consistente de 2016 para 2025. Mas há diferenças importantes nos indicadores por raça/cor e de região para região. Por exemplo, em 2025, a taxa de conclusão na Região Nordeste foi de apenas 69,3%, enquanto na Região Sudeste ela alcançou 79,6%. Com relação ao indicador por raça/cor, entre brancos e amarelos a taxa de conclusão em 2025 foi de 81,7%, enquanto entre pretos, pardos e indígenas essa taxa foi de apenas 69,5%.

É ainda interessante verificar tais diferenças tomando como referência a renda. Entre os 20% mais ricos, 94,2% dos jovens concluíram essa etapa até os 19 anos, mas, entre os 20% mais pobres, esse percentual desaba para 61,1% — uma diferença de 33,1 pontos percentuais. Como diz o próprio relatório do Todos Pela Educação, um ponto que chama a atenção é que, entre os mais pobres, o motivo principal do abandono escolar encontra-se no desinteresse pela escola (10,4%) e não pela necessidade de trabalhar (7,1%).

O jovem quer uma escola que caiba na vida, que traga sentido para o seu projeto de vida. Nesse sentido, torna-se fundamental que o MEC, em colaboração com as redes estaduais, esteja atento à implantação do novo ensino médio — que deve se refletir numa escola mais flexível, que traga um diálogo estreito com o mundo do trabalho e que possa desenvolver nos jovens as novas competências e habilidades tão necessárias para viver no século 21.

A preocupação que ainda persiste refere-se ao elevado percentual de jovens que não concluíram o ensino médio até os 19 anos — um em cada quatro —, ou seja, 25% desses 8,7% ainda estão estudando em 2025, e, se forem bem-sucedidos, devem concluir o ensino médio com mais de 19 anos — um atraso escolar bastante significativo.

É ainda interessante verificar a taxa de conclusão no ensino médio até os 19 anos por unidades da Federação. Os três estados com maiores taxas de conclusão em 2025 foram Roraima (85,9%), Goiás (84,5%) e São Paulo (84,4%); enquanto os três com menores taxas foram Paraíba (61,9%), Mato Grosso do Sul (60,8%) e Acre (56,4%). O estado de Pernambuco, tão reconhecido pelas escolas de tempo integral no ensino médio, ficou apenas um pouco acima da média brasileira, com uma taxa de conclusão de 75,2%.

A necessidade de trabalhar continua sendo o fator mais expressivo para a não conclusão do ensino médio até os 19 anos (6,4%), mas a falta de interesse pela escola vem logo em seguida, com 5,9%; a boa notícia é que esses percentuais em 2016 eram bem maiores (8,9% e 8,4%, respectivamente). Esses números da Pnad Contínua de 2025, trazidos à tona pelo Todos Pela Educação, mostram melhoras importantes na taxa de conclusão do ensino médio até os 19 anos — mas a questão é que o desafio ainda persiste, em especial no que se refere ao fortalecimento das políticas atuais de acesso à renda pelos jovens e também à oferta de uma escola que atenda aos interesses dessa juventude.

Nesse caso, entendo que escolas em tempo integral, vinculadas à formação para o mundo do trabalho, em consonância com o novo ensino médio, seriam o esforço colaborativo que os governos, no âmbito federal e estadual, deveriam ampliar. O Brasil tem ainda um percentual muito baixo de jovens fazendo o ensino médio integrado ao ensino profissionalizante, diferente de países desenvolvidos. Essa oferta deve estar, por sua vez, vinculada à demanda local para associar a conclusão do ensino médio à empregabilidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Água e energia a preços de primeiro mundo

Poucos países do mundo reúnem tantas condições naturais para oferecer energia elétrica e água de qualidade a custos reduzidos quanto o Brasil. O território nacional abriga cerca de 12% da água doce superficial do planeta, possui uma das maiores redes hidrográficas existentes, ocupa posição privilegiada em incidência solar durante praticamente todo o ano e dispõe de extensas áreas favoráveis à geração de energia eólica. A matriz elétrica brasileira continua sendo uma das mais limpas do mundo, com predominância das fontes renováveis, sobretudo da energia hidrelétrica. Ainda assim, milhões de brasileiros convivem mensalmente com contas de luz e de água que comprometem parcela crescente do orçamento familiar. O consumidor raramente paga apenas pela energia que consome. A conta de luz transformou-se, ao longo das últimas décadas, num verdadeiro labirinto de tributos, encargos setoriais, subsídios cruzados, custos regulatórios, perdas operacionais e investimentos obrigatórios. O quilowatt-hora produzido por uma usina hidrelétrica pode custar relativamente pouco. Entre a geração e a tomada da residência, entretanto, acumulam-se impostos estaduais, contribuições federais, custos de transmissão, distribuição e uma série de encargos criados supostamente para financiar políticas públicas dentro e fora da área do setor elétrico. Em alguns estados, quase metade da fatura corresponde a componentes que pouco têm relação direta com a energia efetivamente consumida.

Situação semelhante ocorre com a água. Embora seja um recurso natural abundante em grande parte do território brasileiro, sua distribuição depende de sistemas complexos de captação, tratamento e transporte. Décadas de investimentos insuficientes em saneamento básico criaram um passivo bilionário. Em muitas cidades, as perdas na distribuição ultrapassam 35% da água tratada. Em outras palavras, mais de um terço da produção simplesmente desaparece antes de chegar ao consumidor, seja por vazamentos, seja por ligações clandestinas. O desperdício acaba incorporado às tarifas pagas pela população. Não deixa de ser curioso que um país frequentemente apresentado como potência ambiental imponha ao cidadão custos equivalentes ou superiores aos encontrados em diversas economias desenvolvidas.

O setor elétrico brasileiro passou por profundas transformações desde os anos 1990. Privatizações, concessões, renovação de contratos e criação de novos agentes alteraram significativamente o funcionamento do mercado. Em tese, a abertura à iniciativa privada buscava aumentar investimentos, eficiência operacional e qualidade dos serviços. Em muitos segmentos houve efetivamente modernização da infraestrutura. Em outros, porém, surgiram novos desafios regulatórios, especialmente relacionados ao equilíbrio entre interesse público, segurança energética e remuneração dos investidores. Os debates mais recentes envolvendo ativos do setor mostram como o tema permanece sensível. A aquisição de termelétricas da Eletrobras pela Ambar Energia, empresa pertencente ao grupo J&F controlador da JBS, trouxe novamente para o centro das discussões questões relativas à formação de preços, à segurança do abastecimento e aos impactos financeiros para os consumidores. Paralelamente, as negociações envolvendo a situação da distribuidora Amazonas Energia suscitaram intenso debate entre governo, Agência Nacional de Energia Elétrica e agentes privados acerca da distribuição dos custos da operação. Independentemente do mérito de cada decisão, episódios dessa natureza demonstram que as escolhas regulatórias podem produzir efeitos econômicos relevantes ao longo das próximas décadas para milhões de brasileiros. Outro elemento frequentemente negligenciado é a expansão das fontes complementares de geração. Nos períodos de estiagem, quando os reservatórios das hidrelétricas reduzem sua capacidade, entram em operação usinas termelétricas movidas a gás natural, óleo combustível ou carvão mineral. Essas unidades apresentam custo significativamente superior ao da geração hidráulica. Sempre que acionadas em larga escala, pressionam imediatamente as tarifas pagas pelos consumidores por meio das bandeiras tarifárias. Assim, mesmo um país dotado de extraordinário potencial hidrelétrico continua dependente de soluções mais caras em determinados períodos do ano.

O Brasil também construiu um dos maiores sistemas interligados de transmissão de energia do mundo. A extensão territorial impõe investimentos permanentes em linhas de transmissão capazes de levar eletricidade produzida no Norte e Nordeste até os grandes centros consumidores do Sudeste e Sul. Essa infraestrutura representa importante patrimônio nacional, mas exige manutenção constante e elevados investimentos que inevitavelmente são incorporados anualmente às tarifas. No caso do saneamento, os desafios não são menores. Apesar dos avanços recentes decorrentes do novo marco legal, milhões de brasileiros ainda vivem sem coleta de esgoto e sem abastecimento regular de água tratada. públicas. O verdadeiro desafio consiste em construir um ambiente regulatório transparente, previsível e eficiente, capaz de atrair investimentos sem transferir ao consumidor encargos excessivos ou custos decorrentes de ineficiências administrativas.

A frase que foi pronunciada:

"A frequência de cobranças indevidas nas contas de água e energia elétrica é tão elevada que inevitavelmente desperta dúvidas sobre a confiabilidade dos processos de cobrança."

Luis Saboia

História de Brasília

Pontes de Miranda, o acatado constitucionalista, comentando o art. 130 da Constituição, ensina que desde que "o brasileiro dê ensejo a que o Estado estrangeiro o considere seu nacional, há perda da nacionalidade brasileira". (Publicada em 25.05.1962)